

Economia - Brasil

Sarney reúne Sayad e Dornelles para decidir corte

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney decide hoje, entre duas propostas, o grau de rigor do pacote econômico destinado a reduzir o déficit público, estimado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em Cr\$ 108,8 trilhões. A primeira, do Ministério do Planejamento, é de diminuição de Cr\$ 38 trilhões. A segunda, do Ministério da Fazenda, é de redução de 45 trilhões. A reunião de Sarney com os Ministros João Sayad e Francisco Dornelles, no Palácio do Planalto, não faz parte da agenda.

De acordo com assessores do Presidente, "o Governo tentará distribuir equitativamente os sacrifícios do ajustamento econômico entre o capital e o trabalho". No pacote, adiantaram os assessores, há duas linhas básicas: corte efetivo dos gastos públicos e definição do aumento da receita tributária.

As medidas, que não dependem de aprovação do Congresso para serem colocadas em prática, segundo o porta-voz para assuntos econômicos do Palácio do Planalto, jornalista Frota Neto, são amplas: passam por corte nos dispêndios das empresas estatais, que podem chegar a Cr\$ 12 trilhões, conforme informou o Ministro João Sayad; incluem decisões de natureza tributária, como nova redução no prazo de recolhimento do

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o congelamento, pelo menos até setembro, da tabela do Imposto de Renda na Fonte.

Na área das empresas estatais, a redução nos gastos afetará principalmente projetos da Eletrobrás e Siderbrás, como o fim da primeira fase da Açominas e a usina nuclear Angra III e Iguape I e II, que não sairão do papel. Ao mesmo tempo, de acordo com os assessores do Planalto, o Governo promoverá a fusão de estatais, promovendo a superposição de atividades, e deverá fechar algumas delas.

O Presidente baixará decreto proibindo a contratação de funcionários na área administrativa e permitindo, na área de produção, apenas a reposição de quem pediu demissão ou aposentadoria. Isto permitirá, conforme informação de Frota Neto, economia de cinco por cento na folha de pagamento das estatais, o equivalente a Cr\$ 700 bilhões.

Os assessores de Sarney sublinham que a decisão sobre o rigor do pacote terá caráter político, na medida em que o Presidente definirá em última instância, em cima das sugestões de Dornelles e Sayad, quem será mais atingido pelas medidas.